

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARÁIBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

LANDUALDO AUGUSTO ALVES

**O USO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL NOS EMPREENDIMENTOS
LOCALIZADOS NA PRAIA DO JACARÉ - PB**

**JOÃO PESSOA
2014**

LANDUALDO AUGUSTO ALVES

**O USO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL NOS EMPREENDIMENTOS
LOCALIZADOS NA PRAIA DO JACARÉ - PB**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis, do Departamento de Finanças e Contabilidade, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof^a. Ma. Edmery Tavares Barbosa.

**JOÃO PESSOA
2014**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A474u Alves, Landualdo Augusto.

O uso da informação contábil nos empreendimentos localizados na
praia do jacaré - PB ./Landualdo Augusto Alves. – João Pessoa: UFPB,
2014.

49f.: il.

Orientador: Prof^a. Ms. Edmery Tavares Barbosa.

Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – UFPB/CCSA.

LANDUALDO AUGUSTO ALVES

**O USO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL NOS EMPREENDIMENTOS
LOCALIZADOS NA PRAIA DO JACARÉ - PB**

Esta monografia foi julgada adequada para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Prof^a. Ma. Edmery Tavares Barbosa (Orientadora)
Instituição: UFPB

Membro: Prof. Me. Valdério Freire de Moraes Junior
Instituição: UFPB

Membro: Prof^a. Ma. Valdineide dos Santos Araújo
Instituição: UFPB

João Pessoa, 14 de março de 2014.

*A minha mãe, que mesmo sem muito conhecimento,
sempre me incentivou aos estudos.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradecer a Deus, por ter me capacitado durante toda a jornada acadêmica.

A minha amiga e orientadora professora Edmery Tavares Barbosa por todo apoio, dedicação e ajuda durante a elaboração deste trabalho.

Aos meus amigos que estiveram presentes em todos os momentos do curso, em especial, Janayna, Ismênia, Karla Emanuelle, Rozangela, Celi e Suzane, entre outros vocês me serviram de incentivo durante a caminhada.

Não poderia deixar de agradecer aos professores pelos conhecimentos que nos foram transmitidos, vocês foram de grande importância na minha vida acadêmica e profissional.

Por último, e não menos importante, aos meus familiares e a todos que de forma direta ou indiretamente contribuíram para a elaboração deste trabalho.

RESUMO

O presente estudo por tema o uso da informação contábil nos empreendimentos localizados na praia do Jacaré – PB teve como objetivo descrever como os empreendimentos, localizados no Ponto Turístico do Por do Sol da Praia do Jacaré na cidade de Cabedelo-PB, utilizam as informações contábeis para a tomada de decisões, bem como apresentar as características necessárias para que essa informação possa ser útil para a tomada de decisões e como o contador contribui para a administração dos empreendimentos. A metodologia aplicada compreende a pesquisa bibliográfica, com aplicação de questionários nos empreendimentos localizados na praia do Jacaré. Como resultado verificou-se que 90% dos respondentes contam a colaboração do contador para gerir os seus negócios, das informações apresentadas pelos contadores 36,8% corresponde à folha de pagamento, 31% referente a planejamento tributário, 21% declarou recebe informações referentes à conta a pagar e contas a receber. Quanto ao tipo de relatório contábil e gerencial apresentada pelos contadores 30% contaram ter acesso ao balanço patrimonial. Quando perguntado aos empreendedores quais as atribuições são exigidas ao contador, 61,5% responderam que solicitam orientações relacionadas aos procedimentos fiscais e previdenciários e 23,1% demandam informações contidas usadas no processo de tomada de decisão. Diante do exposto verificou-se que os proprietários dos empreendimentos investigados não usam as informações contábeis no processo de tomada de decisão, limitando-se ao respeito das exigências fiscais e previdenciárias. Através da análise dos dados verificou-se que os empreendedores utilizam as informações contábeis, porém deixam de utilizar todo o potencial que a informação é capaz de lhes oferecer para a tomada de decisões.

Palavras-chave: Micro e Pequenas Empresas (MPE); Informação contábil; Tomada de decisões.

ABSTRACT

This study dealt with the use of accounting information in enterprises located on the shore of Alligator - PB aims to describe how the developments, located in Landmark Sunset Beach Alligator in the city of Cabedelo -PB, using accounting information for decision making, as well as present the necessary features so that this information can be useful for decision-making and how the meter contributes to the management of projects. The methodology includes a literature survey with questionnaires in projects located on the shore of Alligator. As a result it was found that 90 % of respondents rely collaboration accountant to manage your business , the information presented by the counters corresponding to 36.8 % payroll, 31 % related to tax planning, 21 % stated receives information regarding accounts payable and accounts receivable. Regarding the type of accounting and management report presented by the counters 30 % said they had access to the balance sheet. When asked entrepreneurs which assignments are required to counter, 61.5 % answered that request guidelines and procedures related to tax pension and 23.1 % used require information contained in the decision- making process. Given the above it was found that the owners of the enterprises surveyed do not use accounting information in the decision- making process, limited to compliance with the tax and social security requirements. Through the data analysis it was found that entrepreneurs use accounting information, but fail to utilize the full potential that the information is able to offer them for making decisions.

Keywords: Micro and Small Enterprises (MSEs); accounting information; decision making.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Características e conceitos/capítulo presentes na lei complementar 128/2008.....	18
QUADRO 2 – Limites do enquadramento.....	20

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Características qualitativas da informação contábil.....	27
---	----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Gênero, nacionalidade e naturalidade.....	35
TABELA 2 – Faixa etária, estado civil e escolaridade.....	35
TABELA 3 – Tempo de estabelecimento, classificação e ramo.....	36
TABELA 4 – Ações praticadas e planejamento mensal.....	37
TABELA 5 – Retorno financeiro e faturamento anual.....	37
TABELA 6 – Informações e relatórios apresentados pela contabilidade.....	38
TABELA 7 – Qualidade da informação contábil e explicações das informações.....	39
TABELA 8 – Responsáveis pelo gerenciamento e atribuições exigidas.....	39

LISTA DE ABREVIATURAS

CFC Conselho Federal de Contabilidade

CPC Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CPC_PME Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade Para Pequenas e Médias Empresas

EPP Empresas de Pequeno Porte

FASB Financial Accounting Standards Board (Comissão de Padrões de Contabilidade Financeira)

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IRPJ Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas

MPE Micro e Pequenas Empresas

ME Microempresas

NBCT Normas Brasileiras de Contabilidade

PIB Produto Interno Bruto

SEBRAE Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SPE Sociedade de Propósito Específico

SIMPLES Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
1.1. Tema da Pesquisa.....	14
1.2. Problema da Pesquisa.....	15
1.3. Objetivos.....	15
1.3.1 Objetivo geral.....	15
1.3.2 Objetivo específico.....	15
1.4. Justificativa da Pesquisa.....	15
2. REVISÃO DA LITERATURA.....	17
2.1. Conceituando Micro e Pequena Empresa.....	17
2.2. Principais conceitos presentes na Lei Geral das MPE.....	18
2.3. Limites para enquadramento na Lei Geral e no Simples Nacional.....	19
2.4. Escrituração das empresas optantes pelo Simples.....	20
2.5. A importância do sistema de informação contábil.....	21
2.5.1. Segurança da informação.....	24
2.6. Características qualitativas da informação nas demonstrações contábeis.....	25
2.7. Perspectivas em relação à contabilidade.....	28
3. METODOLOGIA.....	32
3.1. Classificação da Pesquisa.....	32
3.2. Universo e Amostra da Pesquisa.....	32
3.3. Instrumento para coleta de dados.....	33
3.4. Análise de Dados.....	34
4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	35
4.1. Perfil do respondente.....	35
4.2. Perfil do empreendimento.....	36
4.3. Em relação ao uso da contabilidade.....	37
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41

REFERÊNCIAS.....	43
APÊNDICE.....	47

1 INTRODUÇÃO

1.1 Tema da Pesquisa

Segundo o portal Brasil (2012) os empreendimentos que se constituem como micro e pequenas empresas (MPE) são de fundamental importância para a economia do país, do estado e cidade onde estão inseridos. Por se configurarem como agentes dinâmicos na geração de atividades diversas e inovadoras, gerando renda e melhorando a condição de vida da população.

As MPE são facultadas pela Lei nº 9.317/96, de 5 de dezembro de 1996. No ano seguinte passou a vigorar o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições – Simples, sendo definidas, a partir de então, as condições para as Microempresas – ME e as Empresas de Pequeno Porte-EPP possam se enquadrar no Sistema, em função do limite de faturamento, objetivo social, natureza jurídica, composição societária e outros aspectos legais. O simples foi criado para proporcionar um tratamento tributário diferenciado para as MPE, com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento dessas empresas.

Conforme portal acima referendado, estudo do IBGE (2012) apresenta que as atividades oriundas das MPE representam 20% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. O estudo ainda apresenta que essas entidades são responsáveis por 60% dos 94 milhões de empregos no país e que correspondem a 99% dos 6 milhões de estabelecimentos formais existentes no país. De acordo com os dados da pesquisa do IBGE pode-se observar que as MPE representam a maior parte dos estabelecimentos no país, sendo responsáveis pela geração de novos postos de empregos formais, além de contribuir com porcentagem considerável na economia brasileira.

1.2 Problema da Pesquisa

Diante do exposto as pesquisas, do IBGE apresentam que os empreendimentos caracterizados como MPE correspondem a mais de 90% dos estabelecimentos formais que estão em atividade no país, e contribuem de forma direta com a economia local das regiões nas quais encontram-se inseridos. Diante disso surgiu a necessidade de saber em que medida a informação contábil está sendo utilizada pelos gestores dos empreendimentos localizados no ponto turístico do Por do Sol, localizado na Praia do Jacaré na cidade de Cabedelo-PB?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Demonstrar como os gestores utilizam a informação contábil nos seus empreendimentos.

1.3.2 Objetivos Específicos

- a) Apresentar como os gestores utilizam a informação contábil, e como ocorre a participação do contador na gestão do empreendimento;
- b) Verificar os aspectos que os gestores consideram mais importantes no processo de tomada de decisões;
- c) Descrever as características qualitativas da informação contábil.

1.4 Justificativa da pesquisa

Vive-se em um mundo onde decisões são tomadas todos os dias, fica cada vez mais evidente a importância do contador para a tomada de decisões econômico-financeiras dentro das empresas, sejam elas de grande porte ou MPE, muitas decisões que são tomadas pelos administradores/gestores devem ser tomadas com o auxílio dos profissionais contábeis, que são de fundamental importância para auxiliar aos gestores com decisões que possam afetar a rentabilidade futura do empreendimento.

Devem ser observadas as características necessárias da informação, para que possa ser utilizada da melhor forma, contribuindo para o aumento do potencial do empreendimento. Levando em consideração o perfil de cada usuário da informação contábil, e o grau de entendimento que cada um tem para interpretar a informação que está sendo oferecida pelos profissionais de contabilidade.

Nesse contexto Horngren, Sunden e Stratton (2006) defendem que a informação proveniente dos relatórios contábeis tem como objetivo auxiliar os diferentes tipos de usuários, no que tange ao uso da informação no processo de tomada de decisão.

Diante disso cabe aos profissionais contábeis através dos relatórios financeiros, fornecer as informações que serão úteis, para que os proprietários das MPE utilizem desta informação como suporte durante o processo decisório.

Outros estudos brasileiros que trabalham sobre a temática do uso da informação contábil como: (Carvalho e Nakagawa, 2004; Costa e Hahn, 2004; Cerqueira, Oliveira e Azevedo, 2004) e estudos internacionais (Stroeher, Angela Maria, Freitas Henrique 2008 *apud* Gooderham et. al., 2004, Dyte, 2005, FRC, 2006) revelam que ocorrem distorções relevantes no uso das informações contábeis por parte das Micro e Pequenas Empresas. Através dos resultados que foram obtidos nesses estudos surge a importância de saber como os empreendimentos localizados na Praia do Jacaré utilizam a informação contábil e quais os critérios que eles consideram mais importantes para a tomada de decisões.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Conceituando Micro e Pequenas Empresas

No início da década de 80 o então Ministro da Desburocratização Hélio Beltrão, tentou implantar o antigo estatuto das MPE, que se limitava a questão da redução da burocracia e fazia recomendações em relação à questão tributária, mas a ideia não vigorou. Em 1988 com a criação da Constituição Federal, que cita em seus artigos 170 e 179 a respeito de um tratamento diferenciado e de aspectos como o registro, acesso ao crédito e redução da burocracia, representaram um avanço para as MPE. No ano de 1996 foi criada a Lei 9.317 do Simples Federal e o novo Estatuto das Micro e Pequenas Empresas, no entanto o novo estatuto não era um dispositivo impositivo. Nos anos de 2003 e 2004 a Lei Geral como instrumento de tratamento diferenciado para as MPE começa a ser discutida em todo o país, em 2005 a lei é entregue a Câmara dos Deputados e ao Senado.

No ano de 2006 a Lei Geral é aprovada na Câmara, no senado são feitas 34 alterações e após retorna para a Câmara e ser aprovada o Senado também aprova, e o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva sanciona a Lei. No ano seguinte empresários e entidades se organizam para implementar a Lei Geral. Entra em vigor o Simples Nacional, também batizado de SuperSimples. É implementada a Lei complementar 127 a Lei Geral. Ao longo do ano vários aperfeiçoamentos foram acontecendo com a Lei, como a inclusão de novas categorias de atividades do Simples Nacional. Em 2008 a lei complementar LC 128/2008; faz alteração na redação da lei de 2006. No mesmo ano, a resolução 58 institui a categoria de Empreendedor individual para empreendedores informais com receita bruta anual de até R\$ 36 mil. E em 2009 o Comitê Gestor do Simples Nacional publica a Resolução 58 que determina o enquadramento do EI. Em 1º de julho: início da adesão à categoria de Empreendedor Individual.

Pode-se observa que ao longo dos anos a Lei aplicada as MPE passou por diversas modificações, a mais recente a lei complementar LC 128/2008 contou com a colaboração do Governo Federal, Estadual e Municipal, além da colaboração de diversas entidades e do SEBRAE que é o principal órgão que trata das MPE.

A pesquisa Economia Informal Urbana, publicada pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em 2005, apontava para mais de 202 mil empresas informais na Paraíba. Com a Lei 9.317 foi possível reduzir a informalidade, estimular a livre iniciativa e o empreendedorismo como indutores de desenvolvimento e o principal: garantir na prática os princípios constitucionais de cidadania e dignidade da pessoa como fundamentos da justiça social.

2.2 Principais conceitos presentes na Lei Geral das MPE

A Lei Geral das micro e pequenas empresas passaram por uma série de adaptações e aperfeiçoamentos, o mais recente foi o da Lei Complementar 128/2008. Verifica-se no quadro 1 os principais conceitos que estão presentes na lei complementar 128/2008 e suas características.

Quadro 1: Características e conceitos/capítulo presentes na Lei Complementar 128/2008

Característica	Conceito/Capítulo
Redução das exigências legais e dos procedimentos administrativos na hora de abrir ou fechar uma empresa, com menor custo e maior agilidade para os órgãos envolvidos e principalmente para os empreendedores.	Desburocratização (Capítulo III)
Redução ou isenção de tributos e taxas de forma que gerem menores perdas financeiras para o empreendedor.	Desoneração
Unifica oito tributos por meio de aplicação de alíquota global de 4% a 17,42% sobre a receita bruta da micro e pequena empresa, conforme o seu setor de faturamento. Ele foi criado para facilitar a arrecadação dos tributos e contribuições incidentes sobre as MPE, o regime especial de arrecadação não é um tributo ou um sistema tributário, mas uma forma de arrecadação unificada formada por seis tributos federais (IRPJ, IPI, CSLL, COFINS, PIS E CPP), um estadual (ICMS) e um municipal (ISS)	Simples Nacional (Capítulo II)
Tudo que signifique modificações tecnológicas existentes ou aplicação de novas tecnologias ou novos métodos no âmbito da empresa.	Inovação (Capítulo X)
São formas de justiça alternativa para a resolução de conflitos existentes nas micro e pequenas empresas. Na conciliação não há julgamento mais a busca de um consenso entre as partes. Já na arbitragem, as partes elegem um árbitro isento que com base no julgamento da situação apresenta uma decisão.	Conciliação e Arbitragem (continua)

São instituições formadas pela iniciativa empresarial com o objetivo de prestar serviços de concessão de garantias complementares e assessoria técnica aos seus associados.	Sociedade de garantia de crédito
São estruturas negociais que reúne interesses e recursos de duas ou mais pessoas para a consecução de empreendimento de objeto específico determinado, mediante a constituição de uma nova sociedade com personalidade jurídica distinta da de seus integrantes.	Sociedade de propósito específico (SPE)

Fonte: Empreendedor individual e a Lei Geral das MPE (BORBA, SEBRAE 2009, p 11-18).

Com a desburocratização houve uma redução das exigências legais e dos procedimentos administrativos, facilitando a abertura de novos empreendimentos, com a desoneração foi possível reduzir as perdas financeiras para os empreendimentos, com isso é possível que os estabelecimentos invistam em novas tecnologias na empresa, o Simples Nacional facilitou a arrecadação dos tributos que incidem sobre as MPE, que são arrecadados de forma unificada e pagos em uma única guia. O que facilitou a forma de arrecadação para o governo, e a forma de pagamento para os empreendedores.

2.3 Limites para enquadramento na Lei Geral e no Simples Nacional

No capítulo II da lei geral, são estabelecidos os limites para que as MPE se enquadrem no Simples Nacional de acordo com o faturamento anual. Através da LC 128/2008 foi possível à inclusão de novas categorias na lei geral, verifica-se na lei em seu capítulo II que para a inclusão na categoria de empreendedor individual é necessário que a MPE, obtenha receita bruta anual de até R\$ 36.000,00. Para se enquadrar na categoria de microempresa o faturamento anual terá que ser até R\$ 240.000,00 e na categoria de empresa de pequeno porte o faturamento anual deverá corresponder até R\$ 2.400.000,00. Conforme demonstrado no quadro 2 limites de enquadramento exposto abaixo.

Quadro 2: Limites de Enquadramento

Capítulo II	Principais Pontos	Na Paraíba
Limites do enquadramento	Os limites de Receita Bruta Anual para enquadramento na Lei Geral e no Simples Nacional são:	Na Paraíba, para fins de recolhimento do ICMS e ISS, as empresas de pequeno porte são enquadradas no teto de R\$ 1,2 Milhão, segundo decreto estadual Dec. 32056/2011.
	Empreendedor Individual (EI): até R\$ 36.000,00	
	Microempresa (ME): R\$ 240.000,00	
	Empresa de Pequeno Porte (EPP): R\$ 2.400.000,00	
	Outros Estados: Até R\$ 1,2 milhão: RO, AC, RR, AP, TO, MA, PI, RN, PB, AL e SE. Até R\$ 1,8 milhão: PA, CE, PE, ES, MT, MS e GO. Até R\$ 2,4 milhão: AM, MG, RJ, SP, PR, BA, SC, RS e DF.	

Fonte: Empreendedor individual e a Lei Geral das MPE (BORBA, SEBRAE 2009, p 11-18).

Na Paraíba o recolhimento dos impostos ICMS e ISS, incidentes nas empresas que se incluem na categoria de empresa de pequeno porte, para recolhimento desses impostos deve-se observar o Dec. 32056/2011, tais empresas devem ser inclusas no teto de R\$ 1,2 milhão.

2.4 Escrituração das empresas optantes pelo SIMPLES

A Lei nº 9.317 em seu 7º artigo, determina que as empresas que se enquadram no Simples procedam à escrituração, de no mínimo, os seguintes livros:

Livro Caixa, no qual deverá estar escriturada toda a sua movimentação financeira, inclusive bancária:

Livro de Registro de Inventário, no qual deverão constar registrados os estoques existentes no término de cada ano-calendário:

Devido às dificuldades encontradas pelas empresas para a escrituração do Livro Caixa, estabelecidas na Lei do Simples, é recomendável que a empresa proceda a escrituração completa, incluído o livro diário, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, atendendo as exigências societárias, comerciais, fiscais e previdenciárias.

Devem ser mantidos em boa ordem os documentos e papéis que serviram de base para a escrituração dos livros, enquanto não decorrido o prazo de 5 anos, contados a partir do exercício em que ocorrer a entrega da declaração do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ.

O Conselho Federal de Contabilidade, por meio da Resolução CFC nº 563, de 28/10/1993, aprovou a NBCT 2, normatizando as formalidades da escrituração contábil que, entre outros procedimentos, estabelece:

A escrituração será executada em moeda corrente nacional, em forma contábil, em ordem cronológica de dia, mês e ano, com ausência de espaços em branco, estrelinhas, borrões, rasuras, emendas ou transportes para margens e ainda, com base para documentos probantes; A terminologia adotada deverá expressar o verdadeiro significado da transação efetuada, admitindo-se o uso de códigos e/ou abreviaturas de históricos; O diário poderá ser escriturado por partidas mensais ou de forma sintetizada, desde que apoiado em registros auxiliares que permitam a identificação individualizada desses registros.

De acordo com Iudícibus, Marion e Gelbcke (2000), o estudo e os registros das variações patrimoniais de uma entidade não podem ser confundidos com as da pessoa física dos sócios ou cotistas. Os autores afirmam que é importante haver separação entre os recursos que serão destinados a entidade e aos proprietários.

Iudícibus e Marion (1999 p. 19-20), com relação ao potencial da contabilidade, esclarecem ainda:

Observamos com frequência que várias empresas, principalmente as pequenas, têm falido ou enfrentam sérios problemas de sobrevivência. Ouvimos empresário que criticam a carga tributária, os encargos sociais, a falta de recursos, os juros altos etc., fatores estes que sem dúvida, contribuem para debilitar a empresa. Entretanto, descendo ao fundo de nossas investigações, constatamos que, muitas vezes, a “célula cancerosa” não repousa naquelas críticas, mas na má gerência, nas decisões tomadas sem respaldo, sem dados confiáveis. Por fim observamos, nesses casos, uma contabilidade irreal, distorcida, em consequência de ter sido elaborada única e exclusivamente para atender as exigências fiscais (Iudícibus e Marion, 1999, p. 19-20).

Para Thomé (2001), os serviços contábeis não se limitam à área tributária, mas auxiliam seus clientes na administração de seus funcionários e na administração de seus negócios, prestando os serviços de: consultoria; escrituração

contábil; administração de pessoal; escrituração fiscal; expediente (ou serviços comerciais); auditoria, perícia e assessoria.

2.5 A importância do sistema de Informação contábil

Há muito, as empresas têm sido influenciadas por mudanças e novidades que, a todo o momento, surgem no mercado e provocam alterações de contexto. Sêmola (2003, p 1). Esse autor afirma que sempre surgem descobertas que podem modificar o modo como o proprietário administra seu empreendimento. Segundo Marion (2008), A contabilidade é o instrumento responsável por fornecer o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa. O autor que dizer que essas informações sendo bem estruturadas sempre podem ser utilizadas para auxiliar as pessoas na tomada de decisão.

Marion (2008, p 27) afirma que “os usuários são as pessoas que se utilizam da Contabilidade, que se interessam pela situação da empresa e buscam na Contabilidade suas respostas”. Podem-se mencionardentre eles os administradores, investidores, fornecedores, gerentes, bancos, governo, empregados dentre outros. O autor afirma também que um dos principais usuários da Contabilidade é “o governo que começa a utilizar a contabilidade para a arrecadação de impostos e torna obrigatória para a maioria das empresas.” (Marion 2008, p 26). O autor resalta que a Contabilidade não deve ser feita visando basicamente atender a exigência do governo, mas, o que é muito mais importante, auxiliar as pessoas na tomada de decisão.

Nesse sentido Padoveze (1997, p 35) defende o uso da informação contábil no processo de tomada decisão em suas palavras, a informação contábil deve ser usada “no processo de administração, sendo necessário que essa informação contábil seja desejável e útil para as pessoas responsáveis pela administração da entidade”. Ainda segundo o autor, a informação contábil está relacionada a “excelência empresarial”, nesse sentido para que a informação seja considerada “útil e desejável” deve-se levar em consideração a relação custo benefício conforme o interesse precípua da entidade.

A informação contábil gerencial só poderá ser útil para o administrador se esse construir um Sistema de Informação Contábil, que pode ser definido como:

Um conjunto de recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros agregados segundo uma sequência lógica para o processamento dos dados e tradução em informações, permitindo que às organizações o cumprimento de seus objetivos principais. (Padoveze 1997, p 36)

Os sistemas de informações contábeis devem ser configurados de forma a atender eficientemente às necessidades informativas de seus usuários, bem como incorporar conceitos, políticas e procedimentos que motivem e estimulem o gestor a tomar as melhores decisões para a empresa (Perreira, 2000).

Estudos realizados pelo SEBRAE (Moreira, Rafael de Lacerda et. al. 2013 *apud* SEBRAE 2007) apontaram que as MPE vêm apresentando altos índices de mortalidade no decorrer dos anos por apresentarem dificuldades em questões administrativas, financeiras e burocráticas. Essas questões podem ser evitadas com a busca dos gestores por conhecimentos específicos na área de atuação.

A fragilidade dessas empresas quando associadas a falta de informações contábeis podem apresenta maior risco para as MPE, a contabilidade é capaz de gerar informações em tempo hábil para auxiliar os gestores das MPE na tomada de decisões. Resnik (1991, p.3) trata com clareza o tema “administração na pequena empresa” traçando um paralelo entre o sucesso e fracasso da pequena empresa, relacionando-os às ações implementadas e decisões tomadas pela administração, afirmando inclusive:

A boa administração é o fator determinante da sobrevivência e sucesso. A má administração – e não a economia a concorrência, a inconsistência dos clientes ou o azar – é o fator que determina o fracasso. A boa administração – capacidade de entender, dirigir e controla a empresa – baseia-se na atenção crítica do proprietário-gerente, e/ou responsáveis pela administração, aos poucos fatores decisivos responsáveis pelo sucesso e sobrevivência da empresa.

Com base nas contribuições de Resnik (1991), pode-se então dizer que a Contabilidade desenvolve e fornece dados para o setor financeiro da empresa, uma vez que, fazendo uso de princípios legais e padronizados, prepara, principalmente, as demonstrações financeiras sobre a apuração do resultado (positivo ou negativo,

ou seja, lucro ou prejuízo) e elabora o balanço patrimonial. Toda empresa, independente do seu porte, encontra-se inserida num ambiente social, empresarial e econômico (Oliveira, 1997 p. 25). Mesmo se tratando das MPE, elas se encontram em um ambiente social, empresarial ou econômico seja na satisfação das necessidades de seus clientes seja na geração de recursos que remunerem o capital investido do proprietário.

Padoveze (1997) argumenta que um sistema de informação contábil tenha validade perene dentro de uma entidade são fundamentais o atendimento de três questões fundamentais, a operacionalidade, integração e custo benefício da informação.

Um sistema operacional é aquele que trabalha com dados reais, significativos, práticos e objetivos; conseguidos, armazenados e processados de forma prática e objetiva, esse tipo de sistema é bastante útil para o administrador que necessita de um sistema que facilite o seu trabalho cotidiano. A integração contábil é quando todas as áreas abrangidas pelo sistema de informação estão interligadas por um único sistema capaz de fornecer as informações necessárias para o administrador, um sistema só poderá ser integrado se ele permitir a navegabilidade dos dados, a partir do momento que o dado é coletado, ele terá que ser utilizado por todos os segmentos que compõem o sistema de informação contábil. O sistema deve ser analisado pela empresa para ver se o custo benefício é bom para a empresa, o custo sempre deverá ser menor que os benefícios que o sistema proporciona à empresa (Padoveze 1997, p. 40-42).

Não são apenas as grandes incorporações que necessitam manter um sistema de informação, as MPE também necessitam de um sistema que forneça as informações em tempo hábil, para que a qualidade do atendimento que é oferecido ao consumidor final não venha ser afetada por problemas eventuais. Para (Meigs, Johnson e Meigs 1977 *apud* Stroeher, Angela Maria; Freitas, Henrique 2008), as informações contábeis são úteis em todas as áreas de controle gerencial: planejamento, ação, controle e avaliação.

Segundo Resnik (1991, p. 136) “a falta de um sistema eficaz da Contabilidade não é apenas um problema contábil, é um problema administrativo.” Portanto é importante que a empresa tenha um sistema de informação capaz de suprir suas necessidades organizacionais.

2.5.1 Segurança da Informação

Um ponto que é de fundamental importância em qualquer sistema de informação é a segurança da informação. Conforme Sêmola (2003, p. 43) “Podemos definir Segurança da Informação como uma área do conhecimento dedicada a proteção de ativos da informação contra acessos não autorizados, alterações indevidas ou sua indisponibilidade”. É necessário que qualquer sistema crie meios de evitar que pessoas indevidas, consigam acessar dados que possam alterar as informações que possuem natureza fidedigna.

De acordo com Gil (1996), as fraudes eletrônicas correspondem a uma ação prejudicial a um ativo intangível causada por procedimentos e informações (software e bancos de dados), de propriedade de pessoa física ou jurídica, com o objetivo de alcançar benefício ou satisfação psicológica, financeira ou material.

Sêmola (2003) afirma que a segurança da informação é possível de ser alcançada por meio de práticas e políticas voltadas a uma adequada padronização operacional e gerencial dos ativos, dos processos que manipulam e executam essa informação. Esse autor afirma que a segurança da informação tem por princípio básico a proteção de três objetivos principais:

Confidencialidade – Segundo esse princípio toda informação deve ser protegida de acordo com o grau de sigilo do seu conteúdo, visando a limitação de seu acesso e uso apenas para as pessoas para quem a informação está sendo destinada. **Integralidade** – Toda a informação deverá ser mantida na mesma condição em que foi disponibilizada pelo proprietário, visando a proteção contra alterações indevidas, intencionais ou acidentais. **Disponibilidade** – É a informação gerada ou adquirida por um indivíduo ou instituição deve estar disponível para seus usuários a qualquer momento que eles necessitem para qualquer finalidade (Sêmola 2003, p. 45).

Para Nogueira (2001), alguns estudos afirmam que atualmente nenhuma nação do mundo tem a capacidade de promover plena eficácia a segurança da informação no espaço cibernético por si própria devido à transnacionalidade, volatilidade, velocidade e simultaneidade com que o hacker ataca. Novas regras, leis e procedimentos precisam ser criados para que os sistemas se tornem eficientes e

eficazes. A fraude é tanto mais perigosa quanto mais for sofisticado o meio usado para praticá-la (Sá, 1982).

Ainda nesse contexto, Gil (1996) revela que alguns fatores propiciam maior ocorrência de fraudes nos sistemas de informação contábil/financeira, como por exemplo, a intensa integração da informática em nível interno da organização que enfoque o conceito de segregação de funções. O autor afirma que políticas, diretrizes, objetivos e metas de controle são importantes para a adequada tecnologia de controle das fraudes. Em um sentido prático, as principais formas de prevenção de fraudes eletrônicas se baseiam na existência de um bom controle interno e nas auditorias dos sistemas.

2.6 Características qualitativas da informação nas demonstrações contábeis

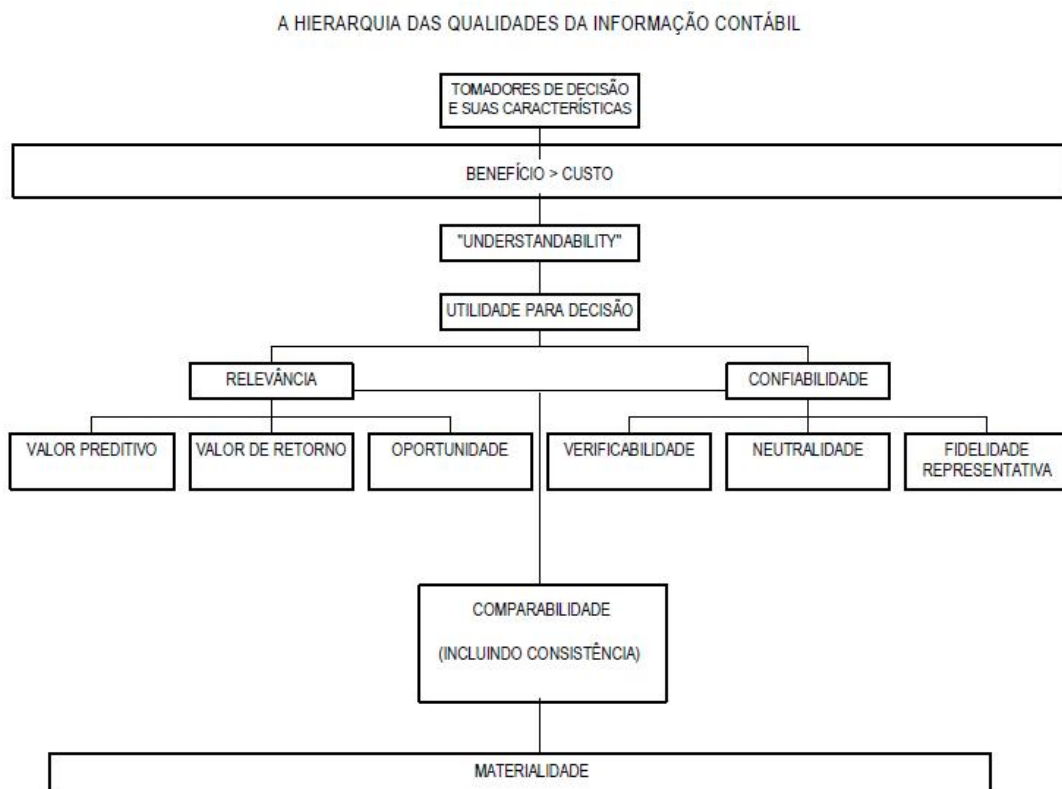
No ano de 2009 o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovou o Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade Para Pequenas e Médias Empresas (CPC_PME), com o objetivo de orientar os profissionais contábeis a respeito dos procedimentos necessários a serem aplicados nas PME, este pronunciamento traz uma série de recomendações que devem ser observadas para a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis.

O *Financial Accounting Standards Board* (FASB), no *Statement of Financial Accounting Concepts* n.2 (Stroeher, Angela Maria; Freitas, Henrique 2008 *apud* FASB, 1980), apresenta as características hierárquicas da informação contábil. O propósito desse relatório é examinar as características da informação contábil que tornam a informação útil, e podem ser verificadas de acordo com uma hierarquia conforme sua utilidade para a tomada de decisão.

Constatam-se na figura 1 características qualitativas da informação contábil que no topo da hierarquia da qualidade da informação contábil estão os tomadores de decisões, que avaliam na tomada de decisões se os benefícios serão maiores do que o custo da informação contábil, levando-se em consideração a compreensibilidade e a utilidade da decisão que essa informação é capaz de gerir, a relevância e a confiabilidade são consideradas pelo FASB como qualidades essenciais de decisões específicas que possuem elementos essenciais, a

comparabilidade são as qualidades secundárias e interativas e a materialidade é o limite de reconhecimento.

Figura 1: Características Qualitativas da Informação Contábil



Fonte: FASB (1980, p 20).

A característica da materialidade é considerada como limite para o reconhecimento. Segundo o (Stroeher, Angela Maria; Freitas, Henrique 2008 *apud* FASB 1980), decisões materiais são inicialmente quantitativas. A materialidade representa um conceito permeável que se relaciona às características, especialmente, da relevância e da confiabilidade. Para o CFC (1995), a confiabilidade da informação fundamenta-se na veracidade, completeza e pertinência.

A qualidade secundária da informação é a comparabilidade que interage com a relevância e a confiabilidade para contribuir para a utilidade da informação (Santos, 1998). A comparabilidade compreende as características de uniformidade e consistência. Enquanto esta tem sido usada como referência ao uso dos mesmos procedimentos contábeis por uma dada empresa ou entidade contábil de um período

para outro (Paulo, 2002) adverte que aquela subentende que eventos iguais são representados de maneira idêntica.

A compreensibilidade, por sua vez, é influenciada pela combinação das características dos usuários e daqueles inerentes a informação (Stroeher, Angela Maria; Freitas Henrique 2008 *apud* FASB 1980), por isso, a comparabilidade e outras características específicas do usuário ocupam uma posição na hierarquia das características da informação contábil, representando um elo entre as características dos tomadores de decisão e a informação contábil. A relação custo-benefício constitui restrição geral da informação, pela qual o benefício derivado da informação contábil deverá exceder seu custo (Stroeher, Angela Maria; Freitas, Henrique 2008 *apud* FASB, 1980). Não obstante, Hendriksen e Van Breda (1999) alertam que, apesar da aparente simplicidade, é extremamente difícil fazer uma análise custo – benefício de informações contábeis.

No topo da hierarquia há os tomadores de decisões e suas características. De acordo com o FASB (Stroeher, Angela Maria; Freitas, Henrique 2008 *apud* FASB 1980), cada decisor julga que tipo de informação contábil é útil, sendo esse julgamento utilizado, as informações já adquiridas ou que podem ser obtidas em outras fontes e a capacidade do tomador da decisão (sozinho ou com auxílio profissional) para processar a informação. O FASB (1980) ainda salienta que uma informação pode ser adequada para um usuário e não ser para outro usuário.

Segundo Santos (1998), a escolha da combinação satisfatória das características da informação contábil depende das necessidades dos usuários, e a existência de diferentes usuários pressupõe diferentes preferências. Além disso, Santos (1998) ainda alerta que talvez a insatisfação por parte dos usuários decorra do fato da contabilidade, apesar de sua pretensão de fornecer informações de valor preditivo, acaba gerando apenas dados inúteis sobre o passado, que não conseguem ser, nem mesmo, indicadores da situação econômica atual.

Não obstante, segundo Vasconcelos e Viana (2002), é crescente a demanda por informações de ordem não financeira, fator que denuncia a preocupação da sociedade pelo contexto dos números e a necessidade de buscar formas adequadas de evidenciar a informação contábil.

2.7 Perspectivas em relação à contabilidade

De acordo com Kassai (1997), tão grande a discussão do papel a ser desempenhado pelas empresas de pequeno porte na economia, é a definição a respeito do que venham exatamente a ser pequenas empresas. Segundo a autora, na prática, prevalecem os critérios de natureza quantitativa cujas vantagens são: permitem a determinação do porte da empresa, são facilmente coletados, permitem o emprego de medidas de tendência no tempo, possibilitam análises comparativas e são de uso corrente nos setores institucionais públicos e privados.

Segundo Oliveira, Muller e Nakamura (2000), na maioria das organizações em razão principalmente da influência fiscal, ocorrem distorções relevantes nas informações contábeis. As demonstrações contábeis tornaram-se de difícil entendimento gerencial. É perceptível a imagem, principalmente nas pequenas empresas, de algo que existe somente para o entendimento das exigências fiscais, ficando relegado, ao segundo plano, o atendimento das necessidades da gestão dos negócios.

Para Carvalho e Nakagawa (2004), a maioria dos relatórios contábeis apresentados estava engessados, além de ser altamente influenciados pelas legislações fiscais, fato que dificulta a apresentação das informações gerenciais necessárias. Ainda para os autores, outro fator que dificulta seu processo de elaboração e a diversidade de usuários.

Marion argumenta a respeito da finalidade da informação contábil nas MPE:

Na verdade, houve uma distorção da finalidade da contabilidade nessas empresas: estão preocupadas em atender as exigências do governo (e, se possível, até mesmo ludibriá-los), esquecendo-se dos elementos fundamentais para sua sobrevivência, que são os dados para as tomadas de decisão (apud UENO; CASA NOVA, 2006, p. 3).

Nunes e Serrasqueiro (2004) constataram, em empresas portuguesas, que os empresários que elaboravam a Contabilidade internamente dão maior importância à informação gerada por ela e levantam a hipótese, que quando a Contabilidade é feita externamente, a principal finalidade será para propósitos fiscais e legais. Os

autores verificaram que o nível de formação dos empresários exerce influência na elaboração da Contabilidade interna ou externamente.

Por outro lado, conforme Kirby e King (Stroeher, Angela Maria; Freitas Henrique 2008

Kirby e King 1997), as pequenas e médias empresas estão preparadas para usar a assessoria contábil quando a consideram apropriada e a um custo razoável.

O fechamento prematuro das MPE no País tem sido uma das preocupações da sociedade, particularmente, para as entidades que desenvolvem programas de apoio ao segmento de pequeno porte. O SEBRAE realizou uma pesquisa de campo, no início de 2004, para avaliar a taxa de mortalidade das empresas constituídas em 2000, 2001 e 2002, ou seja, há quatro, três e dois anos, identificando os fatores condicionantes da mortalidade e cotejando os resultados de entrevistas realizadas junto a empresas extintas e em atividades.

Para Oliveira (2002), as causas de sucesso e insucesso das MPE demonstram que essas empresas são frágeis, devido principalmente à falta de experiência do empresário, à descapitalização e a falta de profissionalização na gestão da empresa.

A literatura também observa a necessidade da informação contábil uma justa composição do preço de vendas dos produtos, pois existem grandes dificuldades para os micros e pequenos empresários.

Um dos principais problemas enfrentados por quem decide ser empresário é como formar corretamente os preços de seus produtos, quais fatores analisar, como alocá-los corretamente aos preços e quais estratégias e práticas de preços utilizam para ser eficiente e eficaz no mercado em que atua. Este problema é mais visível e contundente nas micros e pequenas empresas nas quais seus dirigentes, na grande maioria das vezes, não possuem capacidade técnica que, aliada a uma visão estratégica, são elementos de extrema importância na tomada de decisão (Pereira, 2000, p. 14).

Pesquisas mais recentes feitas pelos SEBRAE Nacional (2011), avaliaram a taxa de sobrevivência das MPE acima de 2 anos que continuam em atividade no país, a Paraíba apresentou a taxa de 78,7% ficando em primeiro lugar com o Ceará

com o mesmo percentual, das empresas constituídas na região Nordeste, representando um avanço em relação aos anos anteriores. A diminuição da taxa de mortalidade das MPE se deve a conscientização dos gestores do recurso informação e a capacitação através de órgãos especializados.

Nesse sentido ainda, Guerreiro (1992, p 05) afirma que “os gestores têm uma grande dependência do recurso informação, e a informação é a matéria prima do processo de tomada de decisão”. O autor considera que é preciso que os contadores se conscientizem, para a sua própria evolução profissional e eficácia das atividades, de que os gestores operativos constituem-se em uma classe especial de usuários da informação contábil. Eles são os responsáveis pela geração de resultados econômicos e, em última instância, pela continuidade da empresa. Os gestores para o atendimento da eficácia empresarial necessitam de informações adequadas aos seus modelos de decisão (Guerreiro, 1992).

Magalhães e Lunkes (2000) consideram que as informações contábeis utilizadas no processo de administração devem ser úteis e atender às expectativas dos gestores da entidade, visto que as organizações em busca de excelência prezam por informações com custo menores que os benefícios por elas gerados, cabendo aos contadores a tarefa de tratar a informação, visando a satisfazer aos anseios dos usuários finais.

As pequenas e médias empresas, uma vez organizadas operacional e administrativamente, mais do que nunca irão necessitar de uma contabilidade também organizada e preparada com observância as norma e técnicas contábeis, para atender a necessidade e obtenção de informações úteis e confiáveis, como ferramenta gerencial e de orientação na estratégia e tomada de decisão por parte da administração. (Bordin e Gatti, 2001, p.15).

Camargo (2003, p. 53) defende a necessidade da manutenção da escrituração por pequeno empresário, considerando numa demonstração clara da falta de conhecimento das finalidades da contabilidade por aqueles que preconizam a dispensa das micros e pequenas empresas da escrituração comercial.

3 METODOLOGIA

3.1 Classificação da Pesquisa

A pesquisa pode ser considerada um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais. Lakatos e Marconi (1994, p. 3). A metodologia utilizada para elaboração do trabalho caracterizasse primeiramente como uma pesquisa bibliográfica, com a utilização de questionários para responder a pergunta de como os empreendedores localizados na praia do Jacaré utilizam a informação contábil para a tomada de decisões.

Para Martins e Lintz (2000, p.29).“a pesquisa bibliográfica procura explicar e discutir um tema ou um problema com base em referências teóricas publicadas em livros, revistas, periódicos, artigos, etc. Busca conhecer e analisar contribuições científicas sobre determinado tema”.

Quanto aos fins ela se caracteriza como uma pesquisa de campo/descritiva, pois procurou descrever como os empreendedores utilizam a informação contábil como fonte para auxílio no processo decisório, e como a informação é utilizada pelos gestores para a tomada de decisões.

3.2 Universo e Amostra da Pesquisa

O universo da amostra são os empreendimentos localizados na praia do Jacaré. A praia pluvial do Jacaré localiza-se no município de Cabedelo, entre o usuário estuário do rio Paraíba e o trecho da BR 230 que liga esta cidade à capital, João Pessoa. A praia do Jacaré foi reconhecida como localidade na década de 50. A comunidade era basicamente de pescadores e suas famílias. Na década de 70, foi construída ali a vila dos pescadores da Sociedade de Ação Comunitária do Jacaré, que agregou as residências da comunidade pesqueira. A partir de 1985, a localidade recebeu itens de infraestrutura, como iluminação pública, rede de energia elétrica e abastecimento de água. Nos anos 90, a duplicação da BR-230 influenciou a

retomada do processo de urbanização da praia, revitalizando o comércio. (Fonte: Jornal O Norte – Rafael Oliveira)

Atualmente o por do sol do Jacaré é um dos pontos turísticos mais importantes da Paraíba, com uma variedade de empreendimentos exercendo significativa importância na geração de emprego e renda na economia local.

Diante do universo da amostra constatou-se que há uma grande variedade de empreendimentos no local, são cerca de 40 empreendimentos com local fixo, e alguns armados em barracas, sendo possíveis de serem montados e desmontados diariamente. Para a aplicação dos questionários foi levado em consideração o porte dos empreendimentos por se verificar que são os que utilizam serviços contábeis, sendo assim apenas 10 empreendimentos se enquadram na amostra.

Dos questionários que foram aplicados, foi obtido o retorno de 100% da amostra, visto que dos 10 empreendimentos entrevistados, todos responderam o questionário e também foram relatadas durante a entrevista as experiências que os empreendedores tiveram com os profissionais contábeis e a importância desses profissionais para a administração de seus empreendimentos.

3.3 Instrumento para coleta de dados

O questionário foi elaborado para os gestores ou administradores e procurou respostas relacionadas ao tempo de abertura do empreendimento, como a informação contábil é utilizada no cotidiano do empreendimento, descrevendo a importância que é dada a contabilidade e as informações que são obtidas através dela, e a sua utilização como auxílio para o processo decisório.

O mesmo contou com questões de múltipla escolha com o a finalidade de facilitar as respostas, por serem respondidas de forma direta, contando com uma questão aberta.

Para Richardson (1999, p.189) o questionário define como sendo “realmente uma entrevista estruturada. E complementa que geralmente, os questionários cumprem pelo menos duas funções: descrever as características e medir determinadas variáveis de um grupo social”.

3.4 Análise dos dados

Para a apresentação dos dados obtidos pelo universo da amostra foram utilizadas tabelas para apresentar os dados quantitativos para uma visão da análise, com o objetivo de apresentar uma visão clara e completa de todos os elementos abordados na análise.

É importante registrar que foi garantido o anonimato e a confidencialidade das respostas obtidas, não sendo necessária a identificação dos que responderam aos questionários.

De acordo com Freitas e Moscarola (2000), qualquer nível que se deseja atingir o objeto das pesquisas, os dados a reunir para compreender e explicar opiniões, condutas, ações, enfim, são quase sempre de origem verbal. Nesse sentido, Freitas e Janissek (2000) destacam que a Análise de Conteúdo pode ser uma boa técnica em todos os tipos de pesquisa que possam ser documentados em texto escritos.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4.1 Perfil do respondente

Dos 10 empreendimentos entrevistados, 30% dos proprietários são do gênero masculino e 70% são do gênero feminino, sendo 90% brasileiros e 10% estrangeiros correspondente a um dos entrevistados natural da África, dos entrevistados 60% são paraibanos e 40% são de outros estados, dos 40% 3 são pernambucanos e 1 estrangeiro. Conforme demonstrado na tabela 1.

Tabela 1: Gênero, nacionalidade e naturalidade

Gênero, nacionalidade e naturalidade								
Gênero	Quant.	%	Nacionalidade	Quant.	%	Naturalidade	Quant.	%
Masculino	3	30	Brasileiro	9	90	Paraíba	6	60
Feminino	7	70	Estrangeiro	1	10	Outros estados ou país	4	40
Total	10	100	Total	10	100	Total	10	100

Fonte: Elaborado pelo autor (2014)

Na tabela 2 foi analisada a faixa etária dos entrevistados, constatou-se que 60% dos empreendedores possuem entre 19 a 30 anos, 30% entre 30 a 40 anos e 10% acima de 40 anos. 60% dos empreendedores são solteiros e 40% são casados, quando analisado o grau de escolaridade 70% possuem o nível médio e 30% possuem graduação nos cursos de Administração, especialização em Marketing e Odontologia.

Tabela 2: Faixa etária, estado civil e escolaridade

Faixa etária, estado civil e escolaridade								
Faixa etária	Quant.	%	Estado Civil	Quant.	%	Grau de escolaridade	Quant.	%
Entre 19 a 30 anos	6	60	Solteiro	6	60	Graduação	3	30
Entre 30 a 40 anos	3	30	Casado	4	40	Nível Médio	7	70
Acima de 40 anos	1	10						
Total	10	100	Total	10	100	Total	10	100

Fonte: Elaborado pelo autor (2014)

4.2 Perfil do Empreendimento

Verifica-se na tabela 3 o perfil do empreendimento pode se constata que o tempo dos estabelecimentos analisados, 70% então no local entre 4 a 10 anos e 30% está há um 1 em atividade, comprovando a pesquisa do SEBRAE Nacional (2011), que a taxa de sobrevivência das MPE estabelecidas na Paraíba acima de 2 anos e que continuam em atividade na região Nordeste aumentou. Quando analisado como os proprietários classificam seus empreendimentos, 50% consideram seu empreendimento como micro empresa, 30% como empresa de pequeno porte e 20% se considera empreendedores individuais. Dos ramos de atividade abordados na pesquisa, constatou que entre os empreendimentos 30% são do ramo de vestuário e calçados, 20% artesanato, 20% bares e restaurantes e dos 30% restantes 1 atua como café e tapioca, 1 de bebidas e comidas regionais e 1 sorveteira.

Tabela 3: Tempo de estabelecimento, classificação e ramo

Tempo de estabelecimento, classificação e ramo							
Tempo de estabelecimento	Quant.	%	Classificação do empreendimento	Quant.	%	Ramo de atuação	Quant. %
Há 1 ano	3	30	Micro empresa	5	50	Vestuário e calçados	3 30
Entre 4 a 10 anos	7	70	Empresa de pequeno porte	3	30	Artesanato	2 20
			Empreendedor individual	2	20	Bar e restaurante	2 20
						Outros	3 30
Total	10	100	Total	10	100	Total	10 100

Fonte: Elaborado pelo autor (2014)

Demonstrado através da tabela 4 obseçada através da pesquisa quais as ações que foram tomadas pelos proprietários para a abertura do empreendimento 40% contaram com ajuda de familiares, 30% criaram a empresa sem as informações de instituições legais, 30% buscaram a orientação de algum profissional de contabilidade e 20% realizaram plano de negócio sob orientação do SEBRAE, quando foi perguntado em qual sistema de tributação que o empreendedor se enquadra 100% dos entrevistados responderam que se enquadra no Simples Nacional, quando foi perguntado se os empreendedores dedicam um tempo durante a semana para o planejamento do orçamento, 20% respondeu que sempre dedicam um tempo da semana, 40% quase sempre e 40% às vezes.

Tabela 4: Ações praticadas e planejamento semanal

Ações praticadas e planejamento semanal					
Ações que praticou para abrir o empreendimento	Quant.	%	Dedica um tempo da semana para controlar e planejar o orçamento do empreendimento	Quant.	%
Contou com a ajuda de familiares	4	40	Sempre	2	20
Buscou orientação de algum profissional da contabilidade	3	30	As vezes	4	40
Criou a empresa sem informações de instituições legais	3	30	Quase sempre	4	40
Realizou plano de negócio sob. orientação do SEBRAE	2	20			
Total	10	100	Total	10	100

Fonte: Elaborado pelo autor (2014)

Foi interrogado aos empreendedores se eles já conseguiram obter o retorno financeiro esperado com a abertura do empreendimento 80% desses responderam que já obtiveram o retorno esperado e 20% ainda não obtiveram o retorno esperado, eles responderam que o faturamento anual dos seus empreendimentos corresponde até 120.000 dos 80% e entre 241.000 e 500.000 dos 20% restantes. Demonstrado na tabela 5.

Tabela 5: Retorno financeiro e faturamento anual

Retorno financeiro e faturamento anual					
Obtenção do retorno financeiro do empreendimento	Quant.	%	Qual o faturamento anual do empreendimento	Quant.	%
Sim	8	80	Até 120.000	8	80
Não/Ainda não	2	20	Entre 241.000 e 500.000	2	20
Total	10	100	Total	10	100

Fonte: Elaborado pelo autor (2014)

4.3 Em relação ao uso da contabilidade

Quando foi indagado para os empreendedores o que é contabilidade? Das alternativas possíveis foi respondido por 40% deles que é uma ciência responsável

para saber a entrada e saída de dinheiro no caixa do empreendimento, e os outros 40% responderam que é uma ciência que está preocupada com o rendimento das empresas para declarar o imposto de renda das pessoas físicas e o faturamento das empresas. Pode-se observar com as respostas que os empreendedores desconhecem a amplitude de informações que a contabilidade é capaz de fornecer, a contabilidade é uma ferramenta de grande importância para a administração dos empreendimentos e como auxílio à tomada de decisões.

Na tabela 6 observamos que foi interrogado se os empreendedores tem contador para gestão dos seus negócios 90% deles responderam que possuem contador e 10% disseram que não. Das informações que são apresentadas pelo contador para os empreendimentos as que mais obtiveram respostas foram: 36,8% folha de pagamento e 31,6% planejamento tributário. Segundo Stroeher e Freitas (2006), os empresários estão mais preocupados com as informações de ordem tributária fornecida pela contabilidade, relacionando o contador a questões tributárias, como mecanismos para escapar da tributação, deixando de lado o planejamento, a organização, o controle e outras atribuições básicas das funções administrativas.

Os relatórios que os empreendimentos exigem do contador são balanço, balancete, DRE e fluxo de caixa.

Tabela 6: Informações e relatórios apresentados pela contabilidade

Informações e relatórios apresentados pela contabilidade								
Você tem contador para gerir seus negócios?			Caso tenha contador que tipo de informação ele apresenta acerca da sua empresa			Que tipos de relatórios contábeis e gerenciais são elaborados e apresentados pelo contador em relação a saúde econômica financeira de seu empreendimento		
	Quant.	%		Quant.	%		Quant.	%
Sim	9	90	Folha de pagamento	7	36,8	Balanço	3	30
Não	1	10	Planejamento tributário	6	31,6	Balancete	2	20
			Contas a pagar	2	10,5	DRE	1	10
			Investimento	1	5,3	Fluxo de caixa	2	20
			Financiamento	1	5,3	Nenhum	2	20
			Clientes (contas a receber)	2	10,5			
Total	10	100	Total	19	100	Total	10	100

Fonte: Elaborado pelo autor (2014)

Quando perguntado aos empreendedores a respeito da qualidade das informações que são fornecidas pelo contador, 60% dos entrevistados consideram as informações que estão sendo oferecidas pela contabilidade como sendo confiáveis. Foi perguntado também se quando os empreendedores sentiram dificuldades para entender as informações contábeis, se o profissional estava disposto a explicar as informações, 70% dos empreendimentos responderam que sempre que sentem dificuldades para entender as informações, os profissionais contábeis estão dispostos a explicar as informações. Demonstrado através da tabela 7.

Tabela 7: Qualidade da informação contábil e explicações das informações

Qualidade da informação contábil e explicações das informações					
Quanto à qualidade da informação apresentada pelo contador de sua empresa, ela é:			Quando você sentiu dificuldades para entender as informações que foram fornecidas pela contabilidade o profissional estava disposto a lhe explicar as informações que foram fornecidas por ele?		
	Quant.	%		Quant.	%
Confiável	6	60	Sempre	7	70
Relevante	2	20	As vezes	2	20
Atualizada	2	20	Quase Sempre	1	10
Total	10	100	Total	10	100

Fonte: Elaborado pelo autor (2014)

Verificamos na tabela 8 que foi questionado se as informações que são oferecidas pelo contador lhe ajudam na tomada de decisões, 100% dos entrevistados responderam que utilizam as informações contábeis para tomarem decisões, quando foi perguntado que é o responsável pelo gerenciamento dos empreendimentos 80% dos responsáveis são os proprietários e 20% são o contador, das atribuições que são exigidas pelo empreendimento 61,5% exigem orientação quanto aos procedimentos fiscais e previdenciários e 23,1% exigem os relatórios contábeis para a tomada de decisões e 15,4 % apenas a escrituração fiscal.

Tabela 8: Responsáveis pelo gerenciamento e atribuições exigidas

Responsáveis pelo gerenciamento e atribuições exigidas					
Quem é o responsável pelo gerenciamento da empresa?			Quais as atribuições que o empreendimento exige do contador?		
	Quant.	%		Quant.	%
Proprietário	8	80	Orientação quanto aos procedimentos	8	61,5

			fiscais e previdenciários Relatórios contábeis para as tomadas de decisões		
Contador	2	20	Apenas a escrituração fiscal	3	23,1
Total	10	100	Total	13	100

Fonte: Elaborado pelo autor (2014)

Quando perguntado qual a importância do profissional contábil para o cotidiano do empreendimento, a maioria dos entrevistados ainda vê os contadores para o cumprimento das obrigações fiscais e previdenciárias. Podendo ser observado que as MPE sofrem forte influência fiscal, ocorrendo distorções relevantes nas informações contábeis. Verificado em estudos anteriores de autores brasileiros dentre eles podemos citar (Stroeher, Angela Maria; Freitas, Henrique *apud* Carvalho e Nakagawa, 2004; Cerqueira, Oliveira e Azevedo 2004, Costa e Yoshitake 2004) revelam que na maioria das pequenas empresas, em razão principalmente da influência fiscal, ocorrem distorções relevantes nas informações contábeis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho acadêmico buscou compreender como os empreendedores das MPE localizadas na praia do Jacaré na cidade de Cabedelo na Paraíba, utilizam a informação contábil para a tomada de decisões, e como as informações que são oferecidas pelos profissionais contábeis lhe auxiliam na tomada de decisões.

As MPE representam 99% dos 6 milhões de estabelecimentos constituídos no país, sendo responsáveis por 60% dos empregos no país, contribuindo para a geração de emprego e renda da população local onde estão inseridos.

Primeiramente buscou se conhecer sobre a história das MPE no país, depois se efetuou uma revisão da literatura para se compreender os conceitos relacionados ao tema, os quais são demonstrados na parte da fundamentação teórica, que procurou demonstra como a informação contábil é utilizada para a tomada de decisões.

Na análise dos dados pode-se constatar que a taxa de mortalidades das MPE constituídas a mais 2 anos diminuiu na Paraíba, de acordo com a pesquisa realizada pelo SEBRAE em 2011, isso se deve a consciência dos empreendedores em buscarem capacitação em órgão especializado como o SEBRAE e também se deve as informações que são geradas pela contabilidade que são usadas pelos empreendedores para a tomada de decisões.

Vale ressaltar a importância da informação contábil para a tomada de decisões nas MPE, que devido a não terem tanta experiência no mercado necessitam de ferramentas que possam lhe auxiliar na tomada de decisões.

Podemos notar ao longo do estudo que os empreendedores desconhecem a amplitude das informações que podem ser geradas através dos relatórios contábeis, se limitando muitas das vezes as questões fiscais e previdenciárias cumprindo as exigências que são estabelecidas pelo governo, não usando em sua amplitude as informações que são oferecidas pelos profissionais contábeis para a administração do empreendimento.

Os profissionais contábeis funcionam como agentes dinâmicos nesses empreendimentos, e devem oferecer um trabalho que supra as necessidades administrativas dos empreendimentos, e não apenas as obrigações fiscais e previdências. Não oferecendo um serviço apenas para o cumprimento das exigências governamentais, oferecendo informações através dos relatórios contábeis que são gerados pela contabilidade, que possam servir de assistência para os proprietários dos empreendimentos, sendo capaz de analisar a situação econômica do seu empreendimento, contribuindo para a tomada de decisões.

Por fim, pode-se notar através da análise dos dados que as informações que são geradas pelos profissionais contábeis auxiliam os empreendedores no processo decisório, que destacam a importância desse profissional colaborando para o entendimento da situação econômica dos seus empreendimentos.

REFERÊNCIAS

BEDÊ, Marco Aurélio et al. **Taxa de sobrevivência das empresas no Brasil**. [S.l.]: SEBRAE, 2011. Disponível em: <[http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/45465B1C66A6772D832579300051816C/\\$File/NT00046582.pdf](http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/45465B1C66A6772D832579300051816C/$File/NT00046582.pdf)>. Acesso em: 25 dez. 2013.

BORDIN, A.; GATTI, I. Regime especial de tributação para as micro, pequenas e médias empresas. **Revista do conselho regional de contabilidade do RS**. Porto Alegre, n. 107, dez. 2001.

BORBA, Mário Antônio Pereira et. al. **Empreendedor Individual e a lei geral das MPE**. [S.l.]: SEBRAE/PB, 2009. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/uf/paraiba/sites-especiais/microempreendedor-individual>>. Acesso em: 21 dez. 2013.

CAMARGO, Y. As entidades sem finalidade de lucro. **Revista do conselho regional de contabilidade do RS**. Porto Alegre, n. 111, fev. 2003.

CARVALHO, A.M.R.; NAKAGAWA, M. **Informações contábeis: um olha fenomenológico**. In: Congresso Brasileiro de Contabilidade, 17., 2004, Santos . Resumo...Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2004. 160p.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE(CFC). Resolução CFC N. 785/95 – Aprovada da NBCT 1 : Das características da informação contábil. 1995. Disponível em: <www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_785.do> Acesso em: 03 de janeiro de 2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento técnico PME: contabilidade para pequenas e médias empresas**. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_PMEeGlossario_R1.pdf>. Acesso em: 26 out. 2013.

FREITAS, H.M.R.; JANISSEK, R. **Análise léxica e análise de conteúdo**. Porto Alegre: Sphinx: Sagra Luzzatto, 2000. 175p.

FREITAS, H.M.R.; MOSCAROLA, J. **Da observação à decisão: método de pesquisa e de análise de dados quanti-qualitativos**. Porto Alegre: Sphinx: Sagra Luzzatto, 2000.

GIL, Antônio de Lourenço. **Fraudes informatizadas**. São Paulo: Alas, 1996.

GUERREIRO, R. **Um modelo de sistema de informação contábil para mensuração do desempenho econômico das atividades empresariais**. Caderno de estudos nº 4. São Paulo, FIECAFI. 1992.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDÁ, M. F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas 1999.

HORNGREN, C. T.; SUNDEM, G. L.; STRATTON, W. O. **Contabilidade gerencial**. 12. ed. São Paulo, Prentice Hall, 2006.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBECKE, E. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. 5 ed. São Paulo: Atlas 2000.

IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. **Curso de contabilidade para não contadores**. 2 ed. São Paulo: Atlas 1999.

_____. **Introdução à teoria da contabilidade para nível de graduação**. São Paulo: Atlas 2007.

KASSAI, S. **As empresas de pequeno porte e a contabilidade**. Caderno de estudos Fipecafi, São Paulo, Fipecafi, v.9, n.15, p. 60-74, jan./jun. 1997.

LAKATOS, E.; MARCONI, M. **Metodologia do trabalho científico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

MARTINS, G. A.; LINTZ, A. **Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso**. São Paulo: Atlas, 2000.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Contabilidade empresarial**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MAGALHÃES, Antonio de Deus F.; LUNKES, Irtes Cristina. Bahia. **Sistemas contábeis: o valor informacional da contabilidade nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2000.

MOREIRA, Rafael de Lacerda et al. A importância da informação contábil no processo de tomada de decisão nas micro e pequenas empresas. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v.10, n.19, p. 119-140, jan./abr. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2013v10n19p119/24553>>. Acesso em 15 dez.2013.

NOGUEIRA, José Helano Matos. Um tribunal cibernético? **Perícia Federal**, n. 9, p. 20, jun. 2001.

NUNES, L. C. F.; SERRASQUEIRO, Z. M. S. A informação contabilística nas decisões financeiras das pequenas empresas. **Revista Contabilidade & Finanças–USP**, São Paulo, n.36, p. 87-96, set./dez. 2004

OLIVEIRA, A.G.; MULLER, A.N.; NAKAMURA, W.T. **Utilização das informações geradas pelo sistema de informação contábil como subsídio aos processos administrativos nas pequenas empresas**. Revista FAE, Curitiba, v.3, n.3, p.1-12, set./dez. 2000.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Sistemas de informações gerenciais: estratégias, táticas e operacionais**. 8ed., São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Sistemas de informações gerenciais: estratégicas, táticas, operacionais**. São Paulo: Atlas, 1997.

PAULO, Edilson. **Comparação da estrutura conceitual da contabilidade Financeira**. 2002. Dissertação (Mestrado) – Convênio Universidade de Brasília/Universidade Federal da Pernambuco/Universidade Federal do Rio Grande do Norte. João Pessoa, Paraíba, Brasil. Disponível em: <http://www.cca.unb.br/images/dissert_mest/mest_dissert_007.pdf> . Acesso em 03 de fevereiro de 2014.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

PEREIRA, F. H. **Metodologia de formação de preços de venda para micro e pequenas empresas**. 160 f. Dissertação (Mestrado Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

PORTAL BRASIL. **Mapa das micro e pequenas empresas**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economiaeemprego/2012/02/omapadasmicroepequenas-empresas>>. Acesso em: 17 dez. 2013.

RESNIK, Paul. **A Bíblia da Pequena Empresa: Como iniciar com segurança sua empresa e ser bem-sucedido**. Tradução de Maria Cláudia Oliveira Santos. São Paulo: Makron Books, 1990.

RICHARDSON, Roberto J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SÁ, Antônio Lopes de. **Fraudes contábeis**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1982.

SANTOS, E. S. **Objetividade x relevância: o que o modelo contábil deseja espelhar**. Caderno de estudos Fipecafi, São Paulo, Fipecafi, v.10, n.18, p. 1-16, mai/jun/jul/ago. 1998.

SÊMOLA, Marcos. **Gestão da segurança da Informação: visão executiva da segurança da informação: aplicada ao Security Officer**. 12. ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2003.

STROEHER, Angela Maria; FREITAS, Henrique. O uso das informações contábeis na tomada de decisão em pequenas empresas. **Revista de Administração – eletrônica**, São Paulo, v. 1. n. 1, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www.rausp.usp.br/Revista_eletronica/v1n1/artigos/v1n1a7.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2014.

STROEHER, A. M.; FREITAS, H. **Identificação das necessidades de informações contábeis de pequenas empresas para a tomada de decisão organizacional**. In: III Congresso Internacional de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação – CONTECSI, 3., 2006, São Paulo. Anais...CONTECSI, 2006.

THOMÉ, Irineu. **Empresas de serviços contábeis: estrutura e funcionamento.** São Paulo: Atlas 2001.

UENO, Rodrigo B.; CASA NOVA, Silvia P. C. **Um estudo sobre a percepção do micro e pequeno empresário sobre a importância da contabilidade no processo de tomada de decisão.** In: IX SemeAd. 2006, São Paulo. Anais do IX SemeAd. São Paulo: EAD/FEA/USP, 2006. p. 3.

VASCONCELOS, Y.L.; VIANA, A.L. **Evidenciação: forma e qualidade.** Revista Brasileira de Contabilidade, Ano XXXI, n. 134, p. 21-29, mar/abr. 2002.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA



PESQUISA: O USO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL NOS EMPREENDIMENTOS LOCALIZADOS NA PRAIA DO JACARÉ – PB

Prezado (a) senhor (a), sou aluno do Curso de Ciências Contábeis, na Universidade Federal da Paraíba, e estou fazendo esta pesquisa para o trabalho de conclusão de curso sobre orientação da Professora Edmery Tavares Barbosa. Solicito sua atenção para o preenchimento desse formulário que será parte integrante do TCC. Desde já agradeço a colaboração e garanto o sigilo dos dados que serão respondidos.

I. PERFIL DO RESPONDENTE

1 – Gênero: ☐ Masculino ☐ Feminino

2 – Nacionalidade: ☐ Brasileiro ☐ Estrangeiro

3 – Naturalidade: _____

4 – Caso não seja paraibano (a) ou brasileiro (a), você é natural de que estado/país: Resposta: _____

5 – Faixa etária: ☐ 18 anos ☐ Entre 19 e 30 anos ☐ Entre 30 e 40 anos ☐ Acima de 40 anos

6 – Estado Civil: ☐ Solteiro (a) ☐ Casado (a) ☐ Viúvo (a) ☐ Separado (a) ☐ Outros

7- Grau de Escolaridade: ☐ Nível Médio ☐ Graduação Qual? _____ ☐ Especialização Qual? _____ ☐ Mestrado Qual? _____

II – PERFIL DO EMPREENDIMENTO

8– Há quanto tempo seu estabelecimento está no local:

☐ Há 1 ano ☐ Entre 2 e 3 anos ☐ Entre 4 e 10 anos ☐ Entre 10 e 20 anos ☐ Acima de 20 anos

9 – Como você classificaria o seu empreendimento:

☐ Micro empresa ☐ Empresa de pequenos porte ☐ Empreendedor individual ☐ Autônomo ☐ Outra. Especifique: _____

10. Qual o ramo de atuação:

☐ bar e restaurante ☐ artesanato ☐ mercearia ☐ vestuário e calçados ☐ Outros: _____

11- Assinale as ações que praticou antes de abrir seu empreendimento:

- () buscou orientação de algum profissional da contabilidade.
 () procurou a junta comercial para tirar dúvidas.
 () realizou plano de negócio sob orientação do SEBRAE.
 () criou a empresa sem informações de instituições legais.
 () solicitou ajuda de universidades para sanar dúvidas.
 () contou com a ajuda de familiares.
 () contou com o apoio de instituições financeiras
 () recebeu financiamento do empreendedor PB

12- Qual o sistema de tributação que seu empreendimento está enquadrado?

- () Lucro Real () Simples nacional () Lucro Presumido

11- Você dedica um tempo da semana para controlar e planejar o orçamento do empreendimento:

- () Sempre () Quase sempre () As vezes () Quase nunca () Nunca

13- Você considera obter retorno financeiro esperado com seu empreendimento?

- () Sim () Não Por quê? _____

14- Qual o faturamento anual do seu empreendimento?

- () Até 120.000 () Entre 121.000 e 240.000 () Entre 241.000 e 500.000 ()
 Entre 501.000 e 1 milhão de reais () Entre 1 milhão e 100 e 2 milhões e
 quatrocentos. () Não sabe informar

3 – EM RELAÇÃO AO USO DA CONTABILIDADE

15 – Para você o que é contabilidade?

- () É uma ciência responsável para saber a entrada e a saída de dinheiro no caixa do meu empreendimento.
 () É a ciência responsável por fornecer informação estruturadas de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade.
 () É uma ciência que está preocupada com o rendimento das empresas para declarar o imposto de renda das pessoas físicas e o faturamento das empresas.
 () É uma ciência que serve para a arrecadação de impostos que são pagos ao governo

16 - Você tem contador para gerir os seus negócios?

- () Sim, tenho contador () Não tenho contador () Me considero apto para gerir
 () Não acho necessário o contador

17 – Caso tenha contador, que tipo de informação ele apresenta acerca da sua empresa:

- () Folha de pagamento () Planejamento Tributário () Contas a pagar ()
 Clientes (contas a receber) () Estoque () Investimento () Financiamento ()
 Taxa de juros () Outros: _____

18. Que tipo de relatórios contábeis e gerenciais são elaborados e apresentados

pelo contador em relação a saúde econômico financeira de seu empreendimento?
() Balancete () Balanço () DRE () Fluxo de Caixa () Orçamento () pesquisa de mercado Outros: _____

19. Quanto a qualidade da informação apresentada pelo contador de sua empresa, ela é:

() atualizada () desnecessária () relevante () confiável

20– Quando você sentiu dificuldades para entender as informações que foram fornecidas pela contabilidade, o profissional estava disposto a lhe explicar as informações que foram fornecidas por ele?

() Sempre () Quase sempre () As vezes () Quase nunca () Nunca

21– As informações que são fornecidas pelo contador, lhe ajudam na tomada de decisões?

() Sim () Não

22 – Quem é o responsável pelo gerenciamento da empresa?

() Proprietário () Administrador () Contador () Economista () Outro. Qual? _____

23 – Quais são as atribuições que o empreendimento exige do contador?

() Orientação quanto aos procedimentos fiscais e previdenciários

() Relatórios contábeis para as tomadas de decisões

() Apenas a escrituração fiscal

() Não exige nada.

24– Para você qual a importância desse profissional, para o cotidiano do seu empreendimento?

Agradecemos a colaboração!